

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

*Presidente do Conselho Curador*

Herman Jacobus Cornelis Voorwald

*Diretor-Presidente*

José Castilho Marques Neto

*Editor-Executivo*

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

*Conselho Editorial Acadêmico*

Alberto Tsuyoshi Ikeda

Áureo Busetto

Célia Aparecida Ferreira Tolentino

Eda Maria Góes

Elisabete Maniglia

Elisabeth Criscuolo Urbinati

Ildeberto Muniz de Almeida

Maria de Lourdes Ortiz Gandini Baldan

Nilson Ghirardello

Vicente Pleitez

*Editores-Assistentes*

Anderson Nobara

Fabiana Miotto

João Pereira Filho

Everaldo

12 cop

Paulo Fagundes Visentini

AS REVOLUÇÕES AFRICANAS  
Angola, Moçambique e Etiópia

COLEÇÃO REVOLUÇÕES DO SÉCULO 20

DIREÇÃO DE EMÍLIA VIOTTI DA COSTA

1ª reimpressão

Carlos Fernando de Quadros  
12/2015



editora  
unesp

10.2

© 2012 Editora Unesp

Direitos de publicação reservados à:  
Fundação Editora da Unesp (FEU)

Praça da Sé, 108  
01001-900 – São Paulo – SP  
Tel.: (0xx11) 3242-7171  
Fax: (0xx11) 3242-7172  
www.editoraunesp.com.br  
www.livrariaunesp.com.br  
feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

---

V848r

Visentini, Paulo Fagundes, 1955-

As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia/  
Paulo Fagundes Visentini; direção [da coleção] Emília Viotti  
da Costa – São Paulo, SP: Ed. Unesp, 2012.

182p.: il., mapas. (Revoluções do século XX)

ISBN 978-85-393-0225-3

1. Angola – História – Revolução, 1961-1975. 2. Moçambique – História – Revolução, 1964-1975. 3. Etiópia – História – Revolução, 1974. 4. África – Política e governo. 5. África – História I. Costa, Emília Viotti da. II. Título. III. Série.

12-1030.

CDD: 968  
CDU: 94(680)

---

Editora afiliada:

  
Asociación de Editoriales Universitarias  
de América Latina y el Caribe

  
Associação Brasileira de  
Editoras Universitárias

## INTRODUÇÃO

A liberdade de um homem é o jugo de outro.

*Provérbio africano, Benin*

Diversas revoluções no Terceiro Mundo ocorreram nos anos 1970, muitas das quais resultaram na implantação de regimes que se proclamavam socialistas, inclusive na África subsaariana. Foi uma época de euforia para as forças de esquerda, tendo em vista o contexto de crise econômica em que se encontravam os países capitalistas industrializados, a derrota dos Estados Unidos no Vietnã e a derrubada de alguns governos autoritários que integravam o flanco sul da OTAN.

No continente africano, a descolonização tardia dos territórios portugueses deu o ensejo para que movimentos de libertação abrissem caminho para revoluções nacionais democráticas e até socializantes, de forte impacto internacional. A essa mudança somou-se a derrubada do milenar império etíope – um país atrasado (de contornos feudais) que jamais fora colonizado –, o que ocasionou a implantação de um regime socialista com mudanças sociais profundas naquele país. Algumas ex-colônias francesas e uma ex-colônia inglesa, ambas com uma menor extensão geográfica, também viveram experiências semelhantes no mesmo período.

Aquela década testemunhou as árduas lutas decorrentes desses processos revolucionários, os quais tiveram de enfrentar poderosas forças conservadoras nacionais e estrangeiras para se manter. Passado o momento de conquista do poder, acompanhou-se mais de quinze anos de transformações sociopolíticas

e conflitos violentos – o que culminou com o Termidor<sup>1</sup> dos respectivos regimes. Hoje, pouca gente conhece ou se lembra de tais experiências, pois a historiografia pós-Guerra Fria rotulou-os simplesmente como “regimes autoritários de partido único”; este rótulo, no entanto e de acordo com essa perspectiva, poderia ser usado em quase todos os Estados africanos do período, mas somente os que se posicionam como governos de esquerda foram designados dessa forma.

Feitas essas considerações, a presente obra analisará as revoluções angolana, moçambicana e etíope, dado se apresentarem como as mais marcantes na época. Abranger as três revoluções num único trabalho justifica-se do ponto de vista histórico, pois elas fazem parte de uma mesma conjuntura continental e mundial, além de possuírem características políticas comuns – se bem que na Etiópia já existia um Estado consolidado. Em geral, as revoluções africanas, além de incorporar as massas ao sistema político e promover o desenvolvimento socioeconômico, tiveram também de construir Estados e nações – conjunto de tarefas que puderam realizar apenas parcialmente.

Alguns acadêmicos argumentam que no caso específico desses países não se trata de “verdadeiras revoluções”, e muito menos de regimes socialistas; todavia, e pelos critérios que estes mesmos críticos elencam para justificar suas teses (considerando, sobretudo, o curto tempo de duração desses governos), nem mesmo as experiências mais avançadas da URSS, da China e de Cuba teriam sido classificadas como revoluções socialistas; ou seja, jamais teria havido uma revolução socialista no mundo. A hipótese desta obra é a de que se tratava de revoluções que buscavam uma transição ao socialismo, mas que, ao lado de suas sérias debilidades, vivenciaram uma crise internacional que gerou o próprio colapso do campo soviético – um de seus sustentáculos, aliás. No mesmo sentido, o argumento é o de

<sup>1</sup> Referência ao mês do calendário da Revolução Francesa em que um golpe conservador encerrou o período radical liderado pelos jacobinos. Significa, em Ciência Política, o refluxo de um processo revolucionário.

que as revoluções socializantes desses três países provocaram transformações sociopolíticas e tiveram forte impacto internacional, inclusive perturbando o equilíbrio entre as grandes potências da Guerra Fria.

#### REVOLUÇÕES E REGIMES SOCIALISTAS

Para fins teóricos e metodológicos, neste estudo o conceito “Revolução” indica uma mudança brusca, geralmente violenta (mas nem sempre), que desencadeia a derrubada de um regime e a luta pela construção de outro novo. Essa ruptura na ordem vigente busca efetuar alterações estruturais nos ordenamentos jurídico-político e socioeconômico. O elemento deflagrador pode ser um levante de massas, uma insurreição armada, um golpe de Estado ou até mesmo uma transição política relativamente pacífica; para esses elementos conjunturais serem eficazes, porém, é necessário haver condições políticas objetivas favoráveis.

Além das Revoluções Burguesas, das Revoluções Democrático-Burguesas (com participação popular ativa) e das Revoluções Socialistas propriamente ditas, durante a segunda metade do século XX desenvolveram-se as Revoluções Democrático-Populares, especialmente em países periféricos. Tratava-se de revoluções de libertação nacional, democráticas, anti-imperialistas e “antifeudais” do Terceiro Mundo, geralmente ligadas à descolonização e ao nacionalismo. Nelas, os elementos deflagradores foram revoltas populares, mobilizações reformistas, golpes de Estado (inclusive militares) e lutas de guerrilha como as teorizadas e promovidas por Mao Zedong, Ho Chi Minh, Fidel e Raul Castro e Che Guevara, e Amílcar Cabral, entre outros. Nelas, havia uma aliança entre segmentos da pequena burguesia e do campesinato, além de setores do proletariado.

As teorias da revolução e do socialismo ainda estão fortemente centradas nos casos europeus, sendo limitados o conhecimento e a reflexão sobre as experiências do Terceiro Mundo, em geral mais recentes. Geralmente se insiste no fato de que os países periféricos “não estariam preparados” para a revolução e o socialismo, segundo uma interpretação restritiva

da teoria marxista. Ocorre que durante a fase imperialista as contradições sociais mais agudas deslocaram-se do centro para a periferia, onde o processo de proletarianização tornou-se mais agudo. Vale a pena ressaltar que a dimensão internacional, já importante nas revoluções clássicas, torna-se, então, ainda mais decisiva no quadro da crescente internacionalização aprofundada do capitalismo.

O socialismo de orientação marxista logrou, ao longo do século XX, impulsionar um conjunto de revoluções vitoriosas em sucessivas ondas. A primeira delas teve lugar na esteira da Primeira Guerra Mundial, com o triunfo da Revolução Russa e a construção do socialismo na URSS. A segunda, decorrente do antifascismo e dos resultados da Segunda Guerra Mundial, afetou o Leste Europeu, tanto através das “revoluções pelo alto” apoiadas por Moscou (e que constituiriam as Democracias Populares) quanto das revoluções autônomas da Iugoslávia e da Albânia.

A terceira, que vinha se desenvolvendo paralelamente às anteriores, teve como epicentro a Revolução Chinesa, iniciada já na década de 1920, caracterizada pela questão camponesa. Finalmente, na quarta e última, o movimento de descolonização e o nacionalismo do Terceiro Mundo protagonizaram o triunfo de diversas revoluções de orientação socialista, como a cubana, a vietnamita, a afegã, a sul-iemenita e as africanas dos anos 1970. Desde então, não mais ocorreram revoluções socialistas, ainda que várias tentativas de mudança de regime (como as que ocorreram na Venezuela ou em alguns países da África) tenham sido inspiradas, em parte, por ideias socialistas.

Segundo a experiência histórica, um regime socialista de tipo marxista (e leninista) implica na existência de um partido único ou hegemônico que se confunde com o aparelho estatal e exerce o poder como “guia” da sociedade e de seu processo de transição socialista. A economia é organizada de acordo com o princípio do planejamento econômico centralizado (no lugar do mercado), com a propriedade coletiva dos grandes meios de produção e a estatização dos bancos e do comércio exterior.

A sociedade tende a ser incorporada a um organismo único, com políticas visando à eliminação gradual das desigualdades e a universalização de políticas sociais como educação, saúde, habitação e emprego. Nos casos de que trataremos adiante, este processo (num quadro de tensão extrema e de forte pressão externa) foi materializado através de mecanismos autoritários e repressivos, mas com políticas de caráter paternalista.

#### REVOLUÇÕES E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As revoluções sempre estão relacionadas a fatores tanto internos quanto externos e, na sequência de sua concretização, necessariamente geram um impacto internacional, na medida em que afetam regras internas nas quais a ordem (capitalista) internacional se baseia. Nesse sentido, inspiram forças políticas de outros países, tanto simpatizantes como adversárias, como lembra Fred Halliday (1999). Normalmente as revoluções dão origem a guerras externas, geralmente associadas a guerras civis internas.

No caso africano, as revoluções ocorreram durante a fase inicial de formação do Estado-nação, na esteira do colapso do aparato burocrático e repressivo colonial – com exceção da Etiópia, onde ocorreu a conquista do aparelho estatal, que foi transformado e reforçado. Da mesma forma, as revoluções tiveram lugar durante a etapa de construção do próprio sistema interafricano de relações interestatais, marcado pelo pan-africanismo e por clivagens entre progressistas e neocolonialistas. As revoluções mais antigas (décadas de 1950 e 1960), por sua vez, tiveram um efeito sistêmico no continente, como foi o caso das do Egito, da Argélia, da Líbia, além de Gana.

Dessa maneira, as revoluções africanas alteraram o precário equilíbrio que ia se estabelecendo entre os jovens e frágeis Estados, gerando um amplo efeito desestabilizador. A porosidade das fronteiras (que muitas vezes separavam um mesmo povo), bem como o efeito “demonstração” que esses movimentos desencadeavam nos Estados vizinhos, perturbavam gravemente a estabilidade de suas elites e as relações delas com

suas ex-metrópoles. Em grande parte, as revoluções africanas estiveram associadas ao próprio processo de descolonização, seja como ponto culminante formal (como em Angola e Moçambique), seja como seu aprofundamento, em busca de autonomia político-diplomática e transformação socioeconômica (como em Benin e R. P. do Congo).

Outro ponto importante é que as revoluções africanas da década de 1970 ocorreram numa conjuntura em que era possível buscar alianças diplomático-militares alternativas em função da Guerra Fria, o que aprofundou os conflitos ligados a tais alianças. O apoio cubano, soviético e alemão oriental foi um elemento importante, enquanto a China Popular exerceu um papel progressista apenas na Tanzânia, em Moçambique e no Zimbábue. Já os processos revolucionários de alcance limitado e/ou ocorridos em pequenos países foram mantidos dentro de limites mais restritos, contribuindo para seu não aprofundamento, e neles, não houve radicalização ou mobilização de amplas parcelas da população, exceto nas ilhas Seychelles e na República Popular do Congo (Brazzaville).

Revoluções resultantes de longas guerrilhas, por sua vez, tiveram efeitos mais profundos, interna e/ou externamente, como foram os casos de Angola e Moçambique (onde um colonialismo arcaico foi varrido completamente), bem como o do Zimbábue (um resultado pactuado, mas que desarticulou o anel defensivo da África do Sul do *apartheid*). Na mesma linha, o golpe militar, a ampla mobilização popular e o regime socializante resultante da revolução etíope puseram abaixo um império milenar e eliminaram definitivamente uma classe de nobres proprietários de terra. Todos esses processos revolucionários propiciaram a eclosão de violentas e devastadoras guerras regionais com o envolvimento de grandes potências na África Meridional e no Chifre Africano.

As revoluções africanas estiveram associadas, desde suas origens, a redes internacionais e alteraram o perfil da descolonização, tendo permitido que países como Cuba exercessem um grande papel no continente. Da mesma forma, contribuíram

decisivamente para a queda de ditaduras e promoveram processos de democratização em Portugal, na Rodésia/Zimbábue, na Namíbia e, finalmente, na África do Sul. E mesmo o recuo dos regimes socializantes de Angola, Moçambique e Etiópia no início dos anos 1990 não representou a restauração de uma antiga ordem, pois nestes países emergiram Estados nacionais consolidados, apoiados nas estruturas criadas pelas respectivas revoluções.

#### O CONTEXTO HISTÓRICO: A DESCOLONIZAÇÃO AFRICANA

O processo de descolonização afro-asiático ocorreu em três etapas sucessivas. Na segunda metade dos anos 1940 a Ásia Oriental e Meridional tornou-se independente, sob uma forma mais radical, gerando Estados socialistas ou nacionalistas e neutralistas. Na década de 1950 o Oriente Médio viveu revoluções nacionalistas e na passagem dos anos 1950 aos 1960 a África conheceu uma descolonização relativamente moderada em termos políticos, embora as colônias portuguesas só viessem a se tornar independentes em 1974-75, com um processo de ruptura mais profundo. Nesse processo, o Terceiro Mundo seguiu quatro caminhos básicos na constituição dos novos Estados: a) um acordo da metrópole com a elite local para uma independência gradativa (África tropical); b) a exploração (por parte da metrópole e seus colaboradores de divergências internas como forma de controlar o processo (como na Índia e Paquistão); c) luta fracassada dos interesses coloniais contra guerrilha revolucionária (guerra franco-vietnamita e argelina); e d) apoio dos interesses coloniais à facção conservadora durante guerra civil (Filipinas, Vietnã do Sul, Coreia do Sul e China).

A descolonização da África negra (ou subsaariana) foi tardia e relativamente controlada, pois as potências coloniais anteciparam-se ao amadurecimento dos protestos e puderam encaminhar as independências nos parâmetros do primeiro caso. Estudantes oriundos das elites locais foram enviados para estudos superiores nas metrópoles; a administração tornava-se paulatinamente africanizada e assessorada por técnicos

européus, enquanto a autonomia política era concedida progressivamente a uma burguesia nativa previamente cooptada.

Os primeiros países africanos a se libertar, entretanto, foram os que mais lutaram para escapar desse tipo de dependência. Em 1957 Gana obteve a independência da Inglaterra e o Primeiro Ministro Kwame Nkrumah adotou uma política de neutralismo ativo, aproximando-se da URSS e da China Popular e declarando-se partidário do Pan-africanismo. No ano seguinte, a Guiné separou-se da França, e o primeiro-ministro Sekou Touré recebeu apoio dos países socialistas por sua linha política próxima à de Nkrumah.

Ao lado do nacionalismo árabe, tanto em sua versão nasserista como argelina, o Pan-africanismo e a negritude serviram de catalisadores às vanguardas e elites africanas na luta pela independência. Contudo, na África negra a mobilização popular era embrionária e esbarrava em problemas sérios. A luta dos poucos sindicatos e partidos ressentia-se de certa debilidade, e as revoltas chefiadas por associações secretas de tipo tradicional e/ou religioso – como a revolta dos Mau-Mau no Quênia (1952-54) – redundaram em fracasso. Mas o carisma e o prestígio de líderes africanos como Nkrumah, Sekou Touré, Julius Nyerere, Mobido Keita e mesmo de um moderado como Léopold Senghor, preocupavam as metrópoles.

Em 1960 – o “ano africano” – a maioria dos países do continente tornou-se independente da França e da Grã-Bretanha, dentro da linha “pacífica”, gradual e controlada: Camarões, Congo-Brazzaville, Gabão, Chade, República Centro-africana, Togo, Costa do Marfim, Daomé (atual Benin), Alto Volta (atual Burkina-Fasô), Niger, Nigéria, Senegal, Mali, Madagascar, Somália, Mauritània e Congo-Leopoldville (depois Zaire e atualmente República Democrática do Congo). Entre 1961 e 1966 foi a vez de Serra Leoa, Tanzânia, Uganda, Ruanda, Burundi, Quênia, Gâmbia, Botswana e Lesoto. Todos os novos Estados localizavam-se na zona tropical africana e neles era limitado o número de colonos europeus, o que facilitou a transferência do controle formal dos diversos países à burguesia e classe média negra.

Nem tudo, entretanto, correu tão tranquilamente. No Congo-Leopoldville, os belgas abandonaram precipitadamente o país assim que eclodiram os primeiros distúrbios. Patrice Lumumba, líder nacionalista e progressista congolês tornou-se primeiro-ministro, no contexto de uma guerra civil com intervenção externa. Lumumba acabou sendo assassinado por seus rivais pró-ocidentais e Mobutu acabou implantando um regime que se notabilizou pelo autoritarismo, pela corrupção e subserviência às nações europeias e aos Estados Unidos por trinta anos.

Vários Estados africanos, face à sua debilidade, tentaram associar-se em nível continental, dentro dos postulados pan-africanistas, ou federar-se pragmaticamente em escala regional, mas a falta de mínimas condições objetivas impediu a realização dessas aspirações. Em 1961 formaram-se dois blocos englobando os jovens Estados africanos: o Grupo de Casablanca, com sete membros, propunha uma diplomacia neutralista e uma ruptura mais profunda com as metrópoles (Nasser do Egito, Touré da Guiné e Nkrumah de Gana eram seus principais articuladores); o Grupo de Monróvia, integrado por vinte e um membros, seguia uma linha mais moderada, vinculada ao neocolonialismo (Senghor do Senegal e Bourguiba da Tunísia eram suas maiores expressões). Apesar das divergências existentes na Conferência de Addis Abeba, em 1963, foi criada a OUA, com comissões para arbitramento de conflitos e comitês de libertação para os territórios ainda submetidos. Diante da absoluta falta de outros parâmetros para delimitação dos Estados a OUA aprovou como regra para a África a manutenção das fronteiras herdadas do colonialismo.

A maioria dos países francófonos manteve alguns vínculos com a ex-metrópole através da Comunidade Francesa de Nações (Paris passou a exercer a hegemonia no continente), e os anglófonos com a *Commonwealth* britânica. Além disso, quase todos os demais assinavam acordos bilaterais com a antiga potência colonial ou com os Estados Unidos, abarcando várias áreas de cooperação. No campo militar, esses acordos

efetivavam-se através da venda de armas, treinamento de oficiais e presença de assessores e missões em solo africano. No plano cultural, o intercâmbio fazia com que até as cartilhas de alfabetização viessem da Europa, onde também estudavam os jovens da elite, futuros administradores do país.

Quanto à economia, não só a dependência externa como países exportadores de matérias-primas e produtos primários implicava a manutenção de vínculos de subordinação (agora modernizados), mas também no plano interno permaneciam quase inalterados os sistemas de produção e preservavam-se os interesses estrangeiros. A carência de tecnologia, de investimentos e a falta de técnicos tornavam essa subordinação estrutural. No tocante à diplomacia, a maioria das jovens nações africanas tinha pouca margem de manobra, devido à falta de recursos e à dependência externa. Esses fatores serviam para configurar uma relação tipicamente *neocolonial*.

Os problemas africanos eram imensos. As fronteiras desses países eram artificiais, tanto no que se refere ao mínimo critério de racionalidade geoeconômica como histórico-cultural. Grupos etnolinguísticos historicamente rivais eram reunidos num mesmo Estado, enquanto outros se encontravam separados por uma linha traçada à régua no mapa: o Estado antecedia à existência de uma nação. Na ausência de um idioma comum, oficializava-se o do ex-colonizador, enquanto a massa camponesa analfabeta continuava a utilizar os diversos dialetos tribais. As rivalidades entre os distintos grupos haviam sido estimuladas pelos colonizadores como forma de dominação, e deixavam uma herança trágica, expressa no problema das minorias e do "tribalismo", além do antagonismo entre assimilados e não assimilados à cultura europeia. A ausência de médicos, engenheiros, administradores e professores somava-se uma estrutura de classes fragmentada, nos marcos de uma economia controlada de fora (exceto as extensas áreas ainda na fase da subsistência). A precaríssima rede de transportes ligava apenas os enclaves exportadores aos portos, inexistindo qualquer integração nacional. O domínio econômico-cultural da antiga metrópole gerava

um processo de corrupção das elites em níveis inimagináveis (Mobutu, presidente do Zaire, tornou-se um dos homens mais ricos do planeta). Dessa forma, a maioria da população, após breve e limitada mobilização, voltou a mergulhar na apatia.

#### GOLPES MILITARES PROGRESSISTAS

##### E GUERRILHAS ANTIRRACISTAS

Contudo, muitos dos constantes golpes de Estado, perpetrados pelo exército, possuíam um caráter progressista e modernizador (às vezes socializantes), pois a instituição era uma das poucas de expressão nacional acima das divisões tribais e em contato com a realidade social do país – embora a maioria deles não conseguisse implementar seu programa. Da mesma forma, a quase duplicação do número de Estados existentes em apenas uma década, apesar da fragilidade dos mesmos, não deixou de alterar consideravelmente as relações internacionais, transformando o caráter da ONU e reforçando o Movimento dos Países Não Alinhados. A debilidade econômica da maioria das jovens nações africanas não impediu que algumas delas – como Guiné, Gana, Zâmbia, Tanzânia e Argélia, entre outras – tivessem por longo tempo uma postura diplomática firme na luta pela emancipação política completa do continente e contra a dependência neocolonial. Muitos deles procuraram uma cooperação política e econômica com os países socialistas, o que permitiu em parte a atitude relativamente autônoma acima descrita. Entretanto, a ajuda econômica socialista era modesta para as necessidades dessas nações, e a descontinuidade política delas fazia com que Moscou mantivesse uma atitude cautelosa. Esse fenômeno permaneceu vigente até a primeira metade dos anos 1980.

A descolonização da África no início dos anos 1960 deixou de fora os chamados "bastiões brancos" do sul do continente. Portugal, que servia de testa de ferro aos interesses econômicos transnacionais, recusou-se a conceder a independência a Angola e a Moçambique. A África do Sul, governada pela minoria branca (20% da população), permanecia no poder e também controlava a Namíbia e, na Rodésia (atual Zimbábue), os colonos brancos

(5% da população) apoiaram Ian Smith na proclamação da independência em 1965, gerando um regime racista que não foi reconhecido por Londres. A África do Sul, onde a segregação racial do *apartheid* estava consagrada na Constituição, possuía grande força econômica e estava associada aos capitais estrangeiros e empresas transnacionais. A África Austral, em seu conjunto, possuía imensas reservas de minerais estratégicos e potencialidades agrícolas, além de deter uma posição geopolítica estratégica na rota entre o Oceano Atlântico e o Índico.

A impossibilidade dos movimentos anticoloniais em lograr a independência, um governo de maioria negra, ou mesmo o direito de participação política (em decorrência da intransigência de Lisboa ou das minorias brancas) levou-os a desencadear a luta armada. O Congresso Nacional Africano (ANC) abandonou as posições moderadas após o massacre da Sharpeville (1960); aliou-se ao Partido Comunista sul-africano e iniciou uma guerrilha em condições difíceis; isso também ocorreu com SWAPO na Namíbia, em 1966, após a recusa da África do Sul em devolver à ONU esse território que administrava em *fideicomisso*, e com a ZAPU e a ZANU, com a declaração da independência da Rodésia pelos brancos.

#### 1970, A DÉCADA DAS REVOLUÇÕES

Nos anos 1970, em função dos crescentes problemas econômicos e estratégicos decorrentes do desgaste da hegemonia norte-americana, o presidente Nixon e o Secretário de Estado Kissinger – preocupados em desengajar seu país do atoleiro vietnamita, bem como em reduzir os custos político-econômicos da liderança mundial dos Estados Unidos – articularam a Doutrina Nixon. Além dos aspectos ligados à Guerra do Vietnã, ela atribuía aos aliados regionais um papel maior nas tarefas de segurança e, mais importante, o estabelecimento de uma aliança antissoviética estratégica com a República Popular da China. A nova correlação de forças então criada gerou um desequilíbrio de poder global, claramente desfavorável à Moscou. Frente a esse quadro, os soviéticos buscaram intensificar sua colaboração

com os movimentos de libertação nacional e revolucionários do Terceiro Mundo, sobretudo através de uma aproximação com o Movimento dos Países Não Alinhados e com Cuba. Potencializando esses movimentos, o grupo brejneviano esperava obter um reequilíbrio estratégico.

Esse jogo, entretanto, extrapolou os limites habituais do confronto Estados Unidos-URSS. O novo contexto mundial estava marcado por uma relativa tendência à multipolaridade e pela propagação da crise econômica através da periferia. Essa crise, estruturalmente decorrente do esgotamento do ciclo capitalista de expansão do pós-Segunda Guerra Mundial, aflorou com a desvinculação do dólar em relação ao ouro em 1971, a reestruturação da produção, a nova divisão internacional do trabalho, a globalização financeira, a RCT e a elevação dos preços do petróleo, desde 1971, mas especialmente após a guerra do Yom Kippur (1973).

O forte impacto da crise na periferia propiciou um elevado potencial de mobilização social por forças esquerdistas e nacionalistas. Essa conjuntura foi aproveitada pelos movimentos revolucionários e de libertação nacional do Terceiro Mundo, no contexto do desencadeamento uma ampla onda revolucionária na década de 1970, com apoio, às vezes ostensivo, do campo socialista. Da Etiópia e Angola ao Vietnã (em 1974-75), da Nicarágua ao Irã e Afeganistão (em 1978-79), mais de uma dúzia de revoluções anti-imperialistas, e mesmo socialistas, abalaram um sistema internacional já marcado pelo desgaste do império americano e da economia mundial. A estes eventos somou-se a queda dos regimes ditatoriais europeus pró-americanos em 1974-75: Portugal, Espanha e Grécia.

A queda das ditaduras mediterrâneas perturbou o flanco sul da OTAN e afetou diretamente o continente africano. Além disso, ela estava associada à onda revolucionária que atingiu também o Sudoeste Asiático (Oriente Médio), o chamado Arco das Crises (do Chifre da África ao Afeganistão) e, em seguida, a América Central. Em 1974 a Revolução dos Cravos (que adquiriu contornos populares e esquerdistas) punha fim ao fascismo mais

antigo no poder. A queda do salazarismo era fruto da estagnação portuguesa e do desgaste causado pelas guerras coloniais na África. No ano seguinte, após a morte de Franco, a Espanha era conduzida à redemocratização, sob o impacto da penetração de um capitalismo moderno no país.

#### OUTRAS REVOLUÇÕES COM REGIMES SOCIALIZANTES

Dentre os golpes que produziram regimes esquerdistas e anti-imperialistas merecem referência: em 1969, o de Siad Barre na Somália, de Marien N'Gouabi no Congo; em 1972, de Mathieu Kérékou no Daomé/Benin, o dos militares em Madagascar (liderado por Ratsiraka desde 1975); em 1974, dos militares na Etiópia; e, em 1977, em Seychelles, Albert René e suas milícias esquerdistas tomaram o poder sem derramamento de sangue, proclamando uma república socialista, sendo que todos estes vi-

riam a se definir como marxistas-leninistas (exceto Seychelles). No Daomé (um país extremamente pobre) em 1972, um grupo de jovens oficiais derrubou o corrupto e instável regime neocolonial, adotando uma linha nacionalista e aproximando-se da China, da Coreia do Norte e da Líbia. Tendo consolidado o poder em 1974, ele declarou seu regime marxista-leninista, afirmando buscar implantar um Estado e uma sociedade socialistas, através do Partido Revolucionário Popular. No ano seguinte o país foi rebatizado como República Popular do Benin, com uma nova bandeira socialista. O Benin logrou obter estabilidade política, criou um sistema político e comunal de base e nacionalizou as grandes propriedades e empresas estrangeiras. A descoberta de petróleo permitiu certa melhoria econômica para a população.

O Congo-Brazzaville, de certa forma, possuía um padrão distinto, pois sua população urbana era expressiva e bastante politizada, com sindicatos e movimentos políticos. Já em 1963 o presidente Masmaba Débat proclamou seu governo socialista, mas havia uma dualidade de poder, entre um exército neocolonial e a milícia da juventude do Movimento Nacional revolucionário. Marien N'Gouabi, um militar da ala esquerda do

exército, assumiu o poder em 1969 e criou o Partido Congolês do Trabalho. Em 1973 foi promulgada uma nova Constituição, proclamada a República Popular do Congo, promovidas nacionalizações e adotada uma bandeira vermelha com os símbolos socialistas do trabalho. Quando preparava um congresso para radicalizar a Revolução, em 1977, ele foi assassinado, mas o golpe falhou e, em 1979, Denis Cassou N'Gesso assumiu a presidência.

Em Madagascar, ocorreram distúrbios em 1972, os quais conduziram à destituição do governo neocolonial de Tsiranana e à implantação de um regime militar (liderado pelo General Ramanantsoa) e a retirada das tropas francesas no ano seguinte. A instabilidade perdurou até 1975, quando o Capitão de Fragata Didier Ratsiraka assumiu o poder e implantou um regime de orientação socialista, apoiado por uma coalizão de partidos - a Frente Nacional da Revolução. A crise econômica do final dos anos 1980 obrigou o país a abandonar a orientação socialista; a vitória eleitoral de Albert Zafy, em 1992, consolidou a adoção de uma economia de mercado no empobrecido e isolado país, mas em 1997 Ratsiraka voltaria ao poder por via eleitoral.

Nas ilhas Seychelles, no Oceano Índico, os britânicos permitiram a independência em 1976, com a fundação da República de Seychelles, com Mancham (pró-britânico) como presidente e Albert René como Primeiro Ministro. Um ano depois, quando Mancham se encontrava no exterior, as milícias do SPUUP tomaram o poder sem derramamento de sangue. Foi instituída a SPPF como partido único, e proclamada uma república socialista. Albert René foi continuamente reeleito, mesmo depois que o multipartidarismo foi implantado nos anos 1990. Ele se aposentou em 2004, ainda no poder, e seu partido continua no poder até o presente.

#### LUTA ARMADA E INDEPENDÊNCIAS NA ÁFRICA PORTUGUESA

O longo e imobilista regime salazarista se negava a conceder independência ou, mesmo, autonomia aos povos coloniais africanos, inclusive reprimindo com brutalidade as manifestações políticas. Nesse contexto, na década de 1960 o

PAIGC, liderado pelo cabo-verdiano Amílcar Cabral (ideólogo e estrategista da luta armada de influência marxista nas colônias portuguesas) lançou a guerrilha na Guiné-Bissau (com apoio de voluntários cubanos); enquanto isso, nas colônias portuguesas insulares de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, face às dificuldades geográficas, a luta independentista era apenas política. Cabral foi assassinado por agentes portugueses em 1973 quando se encontrava na Guiné (Conakri), que dava refúgio ao movimento.

Em Moçambique, os diversos movimentos fundiram-se na Frelimo, que iniciou suas ações armadas no norte, em 1964, com a retaguarda apoiada pela Tanzânia. No sul, praticamente não havia organização entre os trabalhadores das minas; foi apenas quando os assimilados de Lourenço Marques (a capital, depois da independência foi rebatizada Maputo) e elementos da diáspora que se encontravam na Europa se somaram ao movimento, que ele adquiriu contornos mais definidos e passaram a receber treinamento militar na China. A Frelimo era liderada pelo moderado Eduardo Mondlane (graduado nos Estados Unidos) e, após seu assassinato em 1969, foi sucedido pelo mais "radical" Samora Machel.

Em setembro de 1974, com a Revolução dos Cravos, Kaunda, presidente da Zâmbia, estimulou a assinatura do Acordo de Lusaka, que estabeleceu um Governo Transitório; como a Frelimo ainda não estava implantada no sul, surgiram em Maputo movimentos integrados por portugueses e pela elite africana, com a finalidade de conquistar o poder, pois o exército português estava desmobilizado e os guerrilheiros ainda não haviam chegado. Seguiu-se uma onda de violência espontânea, com massacre de brancos, que levou à eliminação desses grupos, e a Frelimo ficou sem concorrentes.

Em Angola, o processo foi muito mais complexo. Com o massacre de milhares de africanos pelos portugueses (na esteira das primeiras ações de protesto em 1961), várias organizações também desencadearam a guerra contra os portugueses. Esses grupos aglutinaram-se progressivamente em três movimentos:

a FNLA, o MPLA e, mais tarde, a Unita. A FNLA e a Unita eram correntes moderadas e pró-Ocidentais de base étnica do norte (bakongos) e do sul (lunda, ambó e nganguela), respectivamente; o MPLA era de tendência marxista, de base urbana e interétnica, mas com predominância dos quimbundos e ovimbundos, da região central e litorânea. A primeira era apoiada pelo Zaire (Mobutu era cunhado de Holden Roberto), Estados Unidos e China; a segunda pela África do Sul, China e, discretamente, durante certo período, pela própria polícia política portuguesa, enquanto o terceiro movimento tinha um suporte cubano e soviético.

Em 1973 o PAIGC proclamou a independência da Guiné-Bissau nos territórios libertados, e os portugueses reconheceram-na em setembro de 1974. Em julho de 1975, São Tomé e Príncipe (sob a direção do marxista - MLSTP - e Cabo Verde - também sob a direção do PAIGC - tornaram-se independentes, todos os três com regimes socializantes de partido único). Um dado curioso foi que dois países - Guiné-Bissau e Cabo Verde - eram governados pelo mesmo partido e trabalharam pela unificação, mas ela foi abandonada em 1980, havendo também a divisão do partido.

Com a Revolução dos Cravos em Portugal em abril de 1974, a situação em Angola e Moçambique tornou-se complicada. Foram meses tensos, mas em junho de 1975 Moçambique tornou-se uma República Popular, o que foi mais problemático em Angola, que mergulhou numa guerra civil entre os três movimentos de libertação, com apoio externo a cada um deles.

Em novembro, enquanto a invasão de tropas zairenses em apoio à FNLA era derrotada no norte (com ajuda cubana), o MPLA proclamava a República Popular de Angola em Luanda e a Unita (com apoio sul-africano), proclamava a República Democrática de Angola em Huambo, no planalto angolano. A invasão sul-africana e o avanço da Unita foram derrotados por forças cubanas e do MPLA no sul, mas seguiram-se quase quinze anos de guerra entre eles, devastando o país. Logo as forças contrarrevolucionárias da Renamo, com apoio dos regimes racistas da Rodésia e da África do Sul, dariam início a uma

guerra civil que devastou completamente a nação moçambicana e somente se encerrou em 1992. Em 1989 os cubanos retiraram-se de Angola, mas a guerra civil só foi encerrada em 2002, com a morte de Savimbi.

Por uma década e meia, a partir de 1975, ambos os países lutaram para implantar uma sociedade de orientação socialista, estratégia que foi abandonada no final dos anos 1980 devido aos impasses militares, ao desgaste e ao abandono pelos soviéticos durante a *Perestroika* de Gorbachov. O mundo que havia permitido a eclosão das revoluções de Angola e Moçambique desaparecera, iniciando-se o ciclo da globalização neoliberal, ao qual MPLA e Frelimo viram-se na contingência de se adaptar para sobreviver.

#### A REVOLUÇÃO ETÍOPE

Na Etiópia, castigada pela miséria, seca e pelas guerrilhas muçulmanas e esquerdistas na Eritreia – na esteira de uma série de greves e de intensa mobilização popular na capital – o velho imperador pró-americano Hailé Selassié foi derrubado, em 1974, por um golpe militar que proclamou a República. A junta militar (DERG) exprimia um populismo pouco definido, enquanto as oposições, o caos e as tendências centrífugas ameaçavam a existência do novo regime e a própria unidade do país.

Enquanto crescia a luta de facções dentro do grupo dirigente, o DERG ligava-se cada vez mais a propostas de esquerda e implementava uma ampla reforma agrária, mobilizava a população, rompia com os Estados Unidos e fechava as bases americanas, passando a enfrentar os movimentos de oposição conservadores. Em 1977, ascendeu à direção do DERG o Coronel Mengistu Haile Marian. Enquanto o regime definia-se pelo socialismo, as rebeliões separatistas ou autonomistas agitavam quase todas as províncias, especialmente a Eritreia e o Ogaden, povoado por somalis, que haviam criado uma guerrilha, apoiada pela Somália.

Nesse momento a Somália atacou a região de Ogaden, em apoio aos guerrilheiros. A iniciativa somali foi claramente

encorajada pela Arábia Saudita, Egito e Estados Unidos. Fidel Castro visitara os dois países em litígio e a Eritreia, tentando mediar o conflito através da proposta de formação de uma confederação entre as três entidades, que formalmente definiam-se como socialistas. Mas a Somália expulsou todos assessores soviéticos do país, e Moscou e Havana acolheram, então, o pedido de ajuda da Etiópia. A guerra encerrou-se com a vitória etíope-cubana, mas tanto na Eritreia como na província setentrional do Tigre, as guerrilhas continuaram ativas.

O conflito do Chifre da África viria a prosseguir por longos anos (até o presente), desgastando os países da região e afetando o conjunto da África, o Oriente Médio e a própria política internacional. O Chifre da África protagonizou uma violenta guerra com a presença direta e indireta das grandes potências. Ainda que marcado por estruturas militarizadas, a revolução etíope desenvolveu um bem sucedido projeto de reforma agrária e de alfabetização, que lhe garantiu uma base social efetiva. Todavia, como nos casos de Angola e Moçambique, o regime socialista teve de fazer frente a uma guerra devastadora e permanente, o que inviabilizou parte do processo de transformações socioeconômicas e distorceu as estruturas políticas.

Da mesma forma que em Angola, em Moçambique (no final dos anos de 1980) Moscou foi, gradativamente, cortando o apoio ao regime etíope, até abandoná-lo à própria sorte. Em 1989, a aliança de diversos grupos rebeldes (da província do Tigre e da Eritreia, todos de extrema-esquerda) deu origem à EPRDF. Obtendo sinal verde dos Estados Unidos, após se converter ao liberalismo político e econômico, os guerrilheiros avançaram e tomaram a capital, derrubando o regime do DERG, em 1991. Com base num acordo, a Eritreia obteve a independência em 1993. Na Somália, a derrubada do regime (socializante) de Siad Barre, em 1991, produziu a fragmentação do país entre quatorze facções, situação que perdura até o presente (2011).